




A Diocese de Porto Nacional: entre a missão dominicana e a territorialização católica no Norte de Goiás

Rafael Machado Santana¹ 

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). A presente pesquisa resulta de investigações já realizadas e de outras ainda em andamento, no âmbito do doutorado do autor, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica no Brasil vivia um processo de reorganização institucional e de redefinição de seus espaços de poder após a separação entre Igreja e Estado. Nesse contexto de reconstrução e expansão eclesial, marcada pela criação de novas dioceses e pela presença de missionários estrangeiros, insere-se a formação da Diocese de Porto Nacional, no então chamado Norte de Goiás.

A formação da Diocese de Porto Nacional é, em grande parte, herança das atividades missionárias da Ordem dos Pregadores – OP entre os anos de 1886 e 1944, dentro do espaço do antigo Norte de Goiás². O primeiro bispo, também da Ordem, teve sua trajetória pautada na continuidade da força missionária; durante quase 13 anos (1921-1933), trabalhou nesse sentido. Com seu sucessor, Dom Alano Maria du Noday, que atuou a partir de 1936, surgiu-nos o questionamento³: como se desenvolveram as ações da Diocese de Porto Nacional sob o governo de seu segundo bispo? Para tanto, neste artigo, apresentaremos na prática, o desenrolar dos trabalhos diocesanos, a partir da posse de seu segundo bispo. Diante da sistematização institucional que vemos atualmente — da Igreja Católica — no Tocantins, ficamos interessados em entender esse processo de estabelecimento institucional da Igreja nessa região. A proposta é compreender os elementos que constituíram a percepção de Dom Alano, nomeado bispo diocesano de Porto Nacional, bem como as perspectivas de seu governo desde o momento de sua preparação para assumir a Diocese, observando como essas dimensões foram se modelando e se transformando com sua chegada e atuação inicial no Norte de Goiás.

Para isso, consideramos necessário intercalar a essa análise, a relação entre Estado e Igreja que vinha se transformando continuamente dentro deste período, evidenciando as principais diretrizes eclesiais que irão se revelando nas práticas administrativas e pastorais do novo bispo. Ainda que este trabalho mobilize registros memorialistas sobre Dom Alano e sua trajetória pastoral, seu uso não se restringe à dimensão biográfica. Tais narrativas

² Espaço do atual Estado do Tocantins.

³ O presente texto é desdobramento de parte da pesquisa de mestrado, finalizada em 2021, e do atual doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB).

são tratadas como construções discursivas que expressam percepções eclesiais sobre o poder público e o cotidiano político do Norte de Goiás, permitindo compreender como a ação pastoral se articulava, em diferentes contextos, às políticas e estruturas do Estado.

Em referência às fontes, a pesquisa utiliza como principal enfoque de leitura e análise o material disposto em arquivo, ou seja, um conjunto de registros e documentos localizados na Cúria Diocesana de Porto Nacional, no estado do Tocantins. Acrescentou-se ainda, fontes da Revista Mensageiro do Santo Rosário, órgão oficial de comunicação da Ordem Dominicana no Brasil, publicada mensalmente, a partir de 1896 e dos Arquivos da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas⁴, Belo Horizonte. A demarcação do espaço se direciona ao território original da Diocese, no município de Porto Nacional, no seu ano de criação em 1915, analisando os seus processos de desdobramentos até a década de 1950.

Levando em consideração as disputas, embates e contrastes de poder entre os campos políticos e religiosos, priorizando os processos de romanização, missão e diocesanização. Adotamos como referência as contribuições significativas de Pierre Bourdieu, especialmente na categoria de 'campo'. Para uma interpretação das particularidades evidenciadas pelas fontes sobre a região e suas representações serão utilizados os referenciais de leitura de Roger Chartier e Michel de Certeau (BOURDIEU, 1983; CHARTIER, 1988; CERTEAU, 1994).

A aplicação do conceito de campo, conforme proposto por Bourdieu, orienta a análise das disputas que atravessam todo o desenvolvimento do texto, evidenciando as relações entre o campo político e o campo religioso, bem como as tensões internas ao próprio campo religioso, a partir da chegada e do crescimento de novas denominações cristãs e religiões no Brasil, que alcançam também o interior do país. Portanto, sujeitos e instituições disputam espaços que os interessam. Nessa linha, Bourdieu explica que:

essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura e da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1983, p. 50).

⁴ O arquivo foi transferido para São Paulo no ano seguinte ao nosso acesso.

Para tanto, dividimos o artigo em três tópicos, o primeiro, trazemos a descrição biográfica dos principais eventos da vida de Dom Alano até a sua chegada no Brasil, em 1933; as relações que se configuram entre Igreja Católica e o Governo brasileiro, trazendo elementos que, a partir de nossas hipóteses, relacionam-se e fundamentam a mentalidade eclesial do período e que, conseqüentemente, influenciaram o bispado de Porto Nacional.

No seguinte, trataremos das desobrigas e da formação do clero. As desobrigas foram essenciais para o diagnóstico do quadro religioso do Norte de Goiás, além de terem sido o único recurso possível para o atendimento da população diocesana, mantendo uma tradição missionária dentro da Diocese de Porto Nacional. No último tópico, abordaremos a prática paroquial ordinária, com alguns questionamentos centrais: de que forma se dava o cotidiano da vida paroquial? Quais as dificuldades e relações entre o clero e a população local?

Assim, compreendemos a trajetória de Dom Alano como expressão concreta do carisma dominicano, no qual o voto de pobreza, a obediência e o ímpeto missionário se traduzem em ações pastorais e educativas que articulam fé e organização social. Inspirados em Bourdieu e Chartier, analisamos o episcopado como um espaço de disputas simbólicas entre a Igreja e o Estado, em que o poder religioso se redefine a partir das condições históricas do Norte de Goiás.

DE FRADE A BISPO: DOM ALANO E A REALIDADE BRASILEIRA

O desejo do jovem frade de vir ao Brasil reveste-se dos preceitos característicos de sua Ordem, mas também se fundamenta em um teor missionário, impulsionado pela Santa Sé no início do século XX, diante do chamamento de mão de obra religiosa destinada a atender países fora da Europa. O Brasil, nesse contexto, ainda passava por um contínuo processo de reorganização territorial diocesana e recebeu diversos missionários de diferentes ordens, além de Igrejas protestantes e outras denominações religiosas que competiam pela tutela das almas, do litoral ao mais remoto interior. “Para os católicos, libertação da tutela do Estado, para os protestantes, libertação da hegemonia legal católica. Espaço aberto para as demais religiões também e campo para o pluralismo religioso característico do século XX no Brasil” (MENDONÇA, 2003, p. 151). Essa observação ilustra o cenário de crescente diversidade religiosa que moldou a ação missionária católica no país, em um contexto de redefinição das fronteiras entre Igreja e Estado. E ainda, “somente nas décadas de 20 e 30, quando o espiritismo e o protestantismo começaram a crescer, que a Igreja veio a ter maiores preocupações com as práticas populares que ela encarava como manifestações de ignorância religiosa” (MAINWARING, 2004, p. 50). Nesse contexto, o episcopado de Dom Alano é interpretado como agente de recomposição simbólica da presença católica, configurando o que Bourdieu denominaria um esforço de reconversão de capital religioso em capital social e político, especialmente diante da retração do Estado no interior goiano.

A figura de Dom Alano é sempre apresentada com o enaltecimento de suas origens nobres e de sua carreira militar, aspectos que devem ser levados em consideração para interpretar sua personalidade, intenções, atitudes e escolhas como frade, sacerdote e bispo. Nascido em 2 de novembro de 1899, filho do casal Conde Arthur Rolland du Noday e Condessa Antoinette R. du Noday, pertencia a uma família de descendência nobre francesa. Após concluir o curso de Filosofia e sentir-se atraído pela vida militar, ingressou no Exército aos 17 anos de idade, iniciando pela infantaria e cavalaria. Em pouco tempo, alcançou os cargos de aspirante, subtenente e tenente. Ao término da Primeira Guerra, participou da Artilharia da Argélia (1918) e, em seguida, seguiu para uma missão em Marrocos, com o objetivo de apaziguar uma insurreição. E, com pouco tempo:

ele estava com a colônia francesa pacificada e voltava para a França como herói. No momento áureo em que o tenente e conde tinha todas as condições propícias para ser promovido às mais altas patentes da carreira militar e a invejáveis escalões sociais, Deus e Nossa Senhora lhe acenaram, mostrando outros rumos (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 21).

Com essa narração mítica apresentada por cronistas, o eficiente jovem militar se viu chamado à vocação religiosa e, mesmo predestinado a uma vida honrosa, com os mais importantes títulos dentro da sociedade francesa, acabou por reavaliar seu futuro, desassociando-se de sua carreira, tendo em vista um campo completamente oposto. E após reflexões em um retiro na cidade de São Maximiliano no dia 10 de junho do ano de 1922, recebe solenemente o hábito e seu nome religioso de frei Alano Maria du Noday. Passando pela Primeira Profissão Religiosa ou Profissão Simples, em 24 de junho de 1923 e estabelecendo o seu compromisso definitivo, na segunda Profissão ou Profissão Solene, deu-se três anos depois, na mesma data (24/06/1926), pelas mãos do Prior Pio Jouglá. Ainda que as crônicas descrevam a vocação de Dom Alano de modo enaltecido, tal narrativa expressa mais a intenção edificante dos autores do que um relato histórico direto, situando-se no campo das representações religiosas da Ordem Dominicana.

O jovem frade, mesmo após os anos que antecederam seus votos religiosos e sua preparação para o sacerdócio, não ficou satisfeito. Frei Alano passa a desejar ser missionário, e sua maior ambição era o Brasil. As diversas notícias, cartas, conferências e conversas sobre os religiosos que atuavam em terras brasileiras, estimulavam ainda mais a sua vocação. O cenário brasileiro era apresentado como um imenso campo de trabalho, com grande escassez de padres, com específica piora nas áreas interioranas, as quais vão ser visadas pelo frade Alano. Em consonância com seu desejo, ele mesmo relata:

Eu passava por Marselha e no intervalo entre dois trens, resolvi ir cumprimentar o meu provincial. Ele me recebeu com aquela doçura tão serena e calma cujo segredo ele possuía.

Depois, fixando em mim seus belos olhos azuis, tão límpidos, tão puros, falou-me suavemente e destacando bem as palavras: “Frei Alano, eu creio na sua vocação brasileira: você irá para o Brasil!” Alguns meses depois eu desembarcava no Rio de Janeiro (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 30).

Desde o recebimento do hábito em 1922, frei Alano dispôs-se a seguir a vida religiosa de modo sereno e efetivo. A missão no Brasil, quando analisamos sua Carta Pastoral de 1936 e biógrafos,⁵ parecia ser o último passo de sua caminhada, e assim o foi, no entanto, não como frade e sacerdote, mas como bispo, e isso não estava nos seus planos. Em 19 de março de 1936, o frade Alano foi chamado pelo Núncio, Dom Aloísio Mazella, o qual proferiu sua escolha como bispo de Porto Nacional, e de maneira rápida, após uma breve pausa e avaliação o aceita de prontidão e obediência:

Se me fosse permitido abrir-lhe a minha alma, eu lhe diria que desde o dia em que recebi este fardo tão pesado, me acho esmagado menos pelo peso das dificuldades e da responsabilidade do que pela impressão do isolamento e vazio, de insegurança. Não me vejo mais, como outrora, apoiado, sustentado, dirigido e protegido pela Ordem. Agora compreendo melhor o que é a graça da Ordem, a força e a segurança que ela oferece (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 34).

O trecho citado é de Alano ao frei M. S. Gillet, O.P, apresenta como foi sua reação inicial a sua nova função eclesial, assim como nos possibilita imaginar o tamanho do fardo do cargo episcopal. No seu caso específico, por ser indicado para uma diocese do interior, recém-erigida,⁶ e com diversas deficiências pastorais e administrativas. Outro ponto importante é que, a partir de sua sagração episcopal, ele passou a exercer uma autonomia distinta da função de frade. Dom Alano, a partir dali, tornou-se um dos bispos mais jovens do Brasil, com apenas 37 anos de idade. Nesse novo caminhar a ser trilhado pelo recém-ordenado, a sua função por si só já estabelecia um itinerário a ser seguido e as possíveis prerrogativas para suas ações como o novo bispo de Porto Nacional. A função de bispo é mesclada em autoridade e autonomia, claro, dentro das possibilidades impostas pelo Código de Direito Canônico. Ele passa a ser responsável por um território e pelas almas ali existentes, com efeito, pela vida espiritual e moral de uma população. Na prática, o poder espiritual é designado e concentrando nas mãos do bispo diocesano, cabendo a ele toda a responsabilidade de maneira direta e indireta neste território geográfico.

Diante disso, a chegada de Dom Alano confronta-se com uma realidade distinta da europeia, marcada por uma dinâmica própria, agitada e em transformação, especialmente no que diz respeito às relações entre o Estado e a Igreja. Essa diferença manifestava-se, sobretudo, na estrutura eclesial e nas condições sociais: enquanto as dioceses europeias dispunham de clero numeroso, paróquias consolidadas e rede de comunicação eficiente, o norte de

5 Os biógrafos referem-se, principalmente, a Piagem e Sousa (2000), e outros que, de maneira sintética, apresentam relatos da vida pessoal e religiosa de Dom Alano, como Maya (2002) e Benício (2015).

6 A Diocese de Porto Nacional tinha 21 anos de existência quando da chegada de Dom Alano Maria du Noday.

Goiás enfrentava escassez de padres, longas distâncias e precariedade de recursos — fatores que conferiam caráter missionário e improvisado à ação pastoral.

Nesse contexto, o episcopado brasileiro, de maneira contínua, trabalhava para restabelecer sua credibilidade na sociedade. Mesmo sem o apoio pleno do Estado às suas solicitações e exigências, acreditava-se “que somente através de uma colaboração mútua a instituição eclesiástica poderia readquirir o antigo prestígio junto à nação”:

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim, conseguia o que percebia como sendo interesses indispensáveis a Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo (MAINWARING, 2004, p. 43)

Destarte, outro elemento considerável é o prestígio do episcopado perante a sociedade, que já não era o mesmo do período anterior à República. A condição ideal e real do episcopado brasileiro, ou seja, o que a Santa Sé definia ser um bispo e de como os fiéis deveriam se comportar diante dele, variava dos grandes centros para o interior. A realidade brasileira, política e social da década de 1930, se diferenciava significativamente do período Colonial e Imperial e, apenas na liturgia, que os bispos mantinham uma aparência de grande prestígio e pomposidade, “utilizando as roupas típicas dessa dignidade eclesiástica, com longas capas de cauda, com brasões e títulos de excelência, sendo saudados pelos fiéis e pelo clero, mediante o ósculo do anel, em atitude genuflecta” (AZZI, 2008b, p. 578). Assim sendo:

tanto a falta de riqueza efetiva como a diminuição do conhecimento oficial de sua dignidade contribuíram para que o episcopado se apresentasse como uma aristocracia decadente, num ambiente republicano onde emergiam, pouco a pouco, os novos valores burgueses e democráticos, com padrões de vida cada vez menos protocolares (AZZI, 2008b, p. 578).

No entanto, o termo decadência que o autor utiliza não quer dizer algo definitivo e generalizado, mas uma comparação ao grau de dignidade anterior do episcopado que não poderia sequer ser questionado pela sociedade em geral, a não ser pelo próprio Imperador devido à questão do Padroado. O termo “grau de dignidade”, aqui, não se refere a distinções de riqueza ou nobreza, mas ao prestígio simbólico e institucional conferido aos cargos eclesiásticos, variável conforme o contexto histórico e a estrutura da Igreja. Diferentemente do período colonial e imperial, em que o clero estava fortemente ligado ao poder civil e às elites econômicas, no episcopado de Dom Alano esse prestígio derivava sobretudo da autoridade pastoral e do reconhecimento religioso no interior do campo eclesial.

Nesse momento histórico, teremos uma readequação perante concorrências para ocupar os lugares de prestígio, poder e influência dentro do campo religioso, entre instituições diferentes e até forças que defendem a sua abolição por completo da influência social e política, apoiados na defesa de um estado laico. “Não obstante, o processo de democratização acentuada que ocorreu no país após o término da Segunda Guerra Mundial, os bispos continuaram, no âmbito católico, a serem objetos do mesmo culto áulico” (AZZI, 2008b, p. 580). A obra de Mainwaring vai indicar a adoção de uma postura conservadora como resultado desses embates, gerando uma posição favorável à Igreja Católica dentro da sociedade. Diferente ao seu status anterior, mas ainda como uma instituição significativa e distinta:

Através do modelo de cristandade, A Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, o modelo de neocristandade era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. Por volta dos anos 30, a instituição havia revertido sua decadência (MAINWARING, 2004, p. 43).

Em contribuição a isso, “dentro da própria sociedade brasileira, essa mesma ideia era inoculada em todos os que recebiam educação católica, no sentido de assumirem uma posição de total subserviência diante das autoridades episcopais” (AZZI, 2008b, p. 580). A Igreja Católica, devido à sua atividade secular (no sentido de histórica e prolongada) no Brasil — distinta do uso canônico que opõe o clero secular ao regular — conseguiu um posto muito além das demais instituições religiosas do período republicano. Uma sociedade nascida e instruída pelos preceitos católicos não poderia desvincular-se tão rápido e, ainda, deixar de prestar culto e veneração às personalidades eclesiásticas que continuavam ativas na sociedade:

Não era fácil a mudança na mentalidade, pois na vida social o bispo era visto principalmente como uma figura ornamental, cuja presença era oportuna para dar maior brilhantismo às solenidades. Assim sendo, parte expressiva das atividades episcopais consistia em participar das festas de padroeiro nas paróquias, das solenidades de fim de ano e formatura nos colégios católicos, nas vestições e profissões religiosas de conventos (AZZI, 2008b, p. 581).

A concepção adotada pela Igreja Católica no Brasil, seja pastoral, teológica, missionária ou de outra natureza, e seu relacionamento com os governos nem sempre foram guiados pelas normas da Santa Sé, não asseguravam uma conduta de obediência completa por parte da Igreja no Brasil em sua forma de atuar e de se relacionar com a sociedade e governo. Precisamos entender que estamos tratando de uma instituição secular, tradicional e heterogênea que perpassa momentos e cenários opostos e, muitas vezes, parece estar atuando em lados concorrentes. Uma instituição que é ativa nos enredos historiográficos, mas que ao mesmo tempo se remodela, transforma e é influenciada no tempo e no espaço onde se localiza:

As análises da Igreja ou de um movimento da Igreja não deveriam considerar suas transformações como resultados diretos e inevitáveis de mudanças históricas mais amplas, nem negligenciar o impacto das mesmas. Precisamos compreender a auto-identificação da instituição como se expressa através de seu discurso e de suas práticas, assim como as mudanças sociais que possam alterar essa identidade (MAINWARING, 2004, p. 26).

Como, então, Dom Alano se relacionava e enxergava seu governo na prática em um mundo moderno condenado pela Igreja oficial, e tendo que se relacionar com o ele? O panorama da Igreja Católica no Brasil republicano é intenso e apresenta uma diversidade de elementos que precisavam se adequar ao ideal que a Santa Sé desejava e compreendia ser o melhor para a construção do reino de Deus no mundo⁷. A atuação de Dom Alano se enquadrava neste sentido, quase que militarmente, na conversão para o estabelecimento de uma sociedade verdadeiramente Católica, Apostólica e Romana. Os embates seriam imprescindíveis e quase que desejados pela Igreja, lembrando seus tempos áureos do cristianismo primitivo de lutar o bom combate.

⁷ A definição de Agostinho para a “Cidade de Deus” era aquela voltada aos ensinamentos do cristianismo. Dessa forma, todos aqueles que viviam conforme os mandamentos eram, de fato, pessoas boas e conscientes, que buscavam viver na virtude e não no pecado.

UMA DIOCESE MISSIONÁRIA: DESOBRIGAS E A FORMAÇÃO DO CLERO

Após o falecimento de Dom Domingos Carrerot em 1933, a Diocese de Porto Nacional ficou com o governo episcopal vacante por três anos. A Diocese se encontrava em situação semelhante ao próprio espaço social onde se localizava, marcada pela escassez de recursos e pela falta de acesso a elementos básicos, como educação, saúde e transporte. De maneira geral, como em grande parte do interior do Brasil, em contraste com as regiões litorâneas, tratava-se de um contexto de isolamento e de poucos investimentos na economia. Nesse cenário, chegava o segundo bispo da Diocese de Porto Nacional:

aos dez de julho de mil novecentos e trinta e seis na Igreja Cathedral de Porto Nacional em presença de numerosa assistência, foi lida a Bulla do Summo Pontifice Pio XI dirigida ao Capitulo e ao povo deste bispado pela qual o papa gloriosamente e reinante declara que nomeia e constitue como Bispo do dito Bispado Dom Frei Alano du Noday da Ordem dos Pregadores (OLLERIS, 1936, s.p.).

Chegando, finalmente, a Porto Nacional, Dom Alano começou a peregrinar por sua diocese, com o intuito de conhecer a realidade da Igreja e das populações ali existentes. Ademais, as visitas pastorais às comunidades serviam como uma avaliação diagnóstica do quadro moral e espiritual em que se encontrava o povo, da aplicação dos sacramentos, da desobediência aos preceitos católicos e, por fim, da condição econômica e social, que, embora não fosse citada em primeiro plano, fazia parte efetiva das preocupações da gestão episcopal, visto que para as atividades pastorais de evangelização são necessários recursos financeiros e materiais.

Portanto, as visitas se davam por meio das desobrigas, termo que pode ser interpretado de diversas maneiras, podendo ter alterações em sua compreensão, mas que nas palavras de um sacerdote ordenado por Dom Alano que atuava no período:

a desobriga era a atividade ministerial do sacerdote católico, mais parecida com a atividade apostólica dos Discípulos de Jesus, no começo do Cristianismo. Consistia em levar até o Povo de Deus dos Sertões distantes e dos rincões mais afastados do interior, a Palavra divina e sua Missão salvífica de salvação eterna (MAYA, 2002, p. 87).

Vale ressaltar ainda que os termos sertão e sertanejo são vastos e muitas vezes utilizados nas obras consultadas. “No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de sertão” (AMADO, 1995, p. 145). “O território reconhecido como “sertão” teve origem, em grande parte, de uma construção histórica que em dado momento delimitou a região assolada pelas secas, forjando-o como se ele sempre estivesse ali” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 5). Da mesma forma, o termo ‘sertanejo’ é empregado de maneira generalizada, remetendo a uma imagem homogênea dos indivíduos que vivem no Nordeste brasileiro ou, de modo mais amplo, no interior do país. Originando uma noção preconceituosa de que o sertão é “uma área de pessoas humildes, com uma vida sofrida por conta das adversidades ambientais, e que viviam num tempo isolado quase estático, presos a tradições e com poucos trejeitos sociáveis” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 5).

No que se refere aos termos utilizados para os indivíduos do norte de Goiás, Tal como referido na obra de Audrin, Sertanejos e índios do Norte, o caracteriza de maneira singular perante os estereótipos do sertanejo nordestino, com as seguintes palavras:

Não pensem os leitores que nossa gente do interior seja a massa de retirantes que temos visto, com compaixão, desembarcar nas plataformas das estações Roosevelt ou Pedro II, com destino aos cortiços da Pauliceia ou às favelas da cidade Maravilhosa. São pobres, na verdade, porém asseados; não andam esfarrapados e esfomeados [...] São livres; vivem e pelejam num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas, onde rios e lagos são piscosos (AUDRIN, 1963 apud BRESSANIN, 2015, p. 62).

É notável que as desobrigas iam além de simples visitas ou viagens por comunidades ou fazendas do interior; eram, antes, marcadas por uma solenidade própria e por um modo particular de vivência da fé. As comunidades se organizavam com bastante antecedência para o preparo das festividades e acolhimento do frade, sacerdote ou bispo.

Era algo que quebrava a rotina do sertanejo, um momento de reconciliar-se com o sagrado. Nas crônicas de Maya e de Piagem e Souza — padres ordenados por Dom Alano — observa-se um registro vívido desse caminhar missionário, revelando como as desobrigas constituíam o principal meio de evangelização e contato pastoral na primeira metade do século XX. Ainda sobre as desobrigas:

Chegada a reunião a população de toda a redondeza para cumprir as “obrigações” RELIGIOSAS: a comunhão e a confissão anual, crisma, casamentos, regularização das uniões “de fato”. Quando necessário levava também a unção dos enfermos. A passagem do sacerdote era muito esperada pelo povo, pois a passagem do missionário era uma oportunidade de ouro que não se podia perder. Não se podia perder a oportunidade de ficar em paz com as obrigações religiosas, pois muitos só teriam outra oportunidade vários anos depois (PIAGEM, s.d.a, s.p.).

Nas memórias de Audrin, mesmo que correspondentes ao governo de Dom Domingos Carrerot (1921-1933), apresentam de maneira atenta as desobrigas. Eram momentos que o povo aproveitava o máximo “a reza, a procissão e, sobretudo, a missa. Dias de alegria completa, pois a presença do Padre significa batizados e casamentos, padrinhos e novos afilhados, compadres e comadres, encontro de parentes e amigos” (AUDRIN, 2007, p. 227). O clero, de maneira igual, acomodava-se à realidade e participava das festas, ainda mais por serem o centro das atenções, seja diante do camponês ou do mais importante político da comunidade. No entanto, alguns estranhamentos com as festividades populares se faziam presentes, do simples conselho a uma repreensão pública aos modos de vida e comportamentos. Todavia, devido ao trabalho de décadas dos frades dominicanos na região, foi-se estabelecendo uma diplomacia pastoral. Citando caso análogo:

Dom Domingos, acostumado de muitos anos, sabia que não podia e nem convinha opor-se de uma vez a tradições ancestrais. Não estranhava tais abusos, como acontecia para outro Prelado pouco treinado em suportar as esquisitices do sertão. Sua prudência unida a uma velha experiência impedia-lhe qualquer protesto violento, precipitado e contra-producente contra os costumes inveterados, transformações ou antes deformações do que outrora inventaram e organizaram santos missionários (AUDRIN, 2007, p. 227).

Por esse ângulo, Dom Alano chegou a sua Diocese e estabeleceu essa transição, compreendendo a realidade com cautela e, ao que tudo indica, utiliza-se de uma postura conveniente e moderada, evitando assim, desentendimentos sérios e sabendo agir diante a realidade das populações locais em sua heterogeneidade e complexidade neste primeiro momento. Nas palavras dos próprios religiosos, o trabalho pastoral é entendido em todo esse período, como uma missão:

A proposta da missão paroquial, já anteriormente usada pela Igreja no Brasil, é posta em prática pelos dominicanos na diocese de Goiás. Uma estratégia missionária que parte do princípio de que a sociedade é católica, porém, os leigos precisam ser catequizados para se adequarem às normas do catolicismo. Já as desobrigas, amplamente utilizadas, aparecem como uma simplificação das “Santas Missões” e possibilitam ao fiel pôr sua vida de vez em ordem, ou seja, cumprir os preceitos pascais (CAIXETA, 2014, p. 109).

A população do norte goiano ainda não estava tendo acesso ao clero em seu cotidiano. Seu território ainda era pouco assistido e de difícil acesso. Uma paróquia nos moldes europeus e um catolicismo romano que seguisse a liturgia perfeitamente era o que almejava a Igreja. Por tudo isso, o sentido de missão da Igreja primitiva se colocava como alternativa motivacional dos religiosos. Os bispos da Diocese continuaram usando o mesmo discurso que os frades dominicanos utilizavam na evangelização em tempos de Império. Era preciso formar e salvar as almas sertanejas desassistidas e perdidas da verdadeira fé. E ainda sobre os sertanejos de Goiás, Audrin:

devemos lembrar que a instrução religiosa dos sertanejos não é completa e, por isso, como natural consequência, certas palavras, rezas, gestos e práticas rituais nem sempre estão de acordo com os princípios e as normas da verdadeira religião. Algumas hão de parecer-nos sugeridas por uma espécie de superstição e opostas ao bom senso cristão. Não se julgue, todavia, que os exageros dos devotos sejam provas de fetichismo, de bruxarias e outras tolices ridículas, como teimam afirmá-lo alguns sertanistas mal informados ou mal intencionados (AUDRIN, 1963, p. 119).

O restabelecimento da conduta moralmente correta nos moldes católicos do povo para os preceitos da Igreja era o objetivo primordial de uma desobriga. “Dom Alano continuou este trabalho maravilhoso que os dominicanos vinham fazendo no norte de Goiás desde o final do século passado.” “Na desobriga, o Padre era sempre recebido como mensageiro de Deus. Sempre bem alojado conforme os costumes e as condições de cada proprietário de fazenda” (MAYA, 2002, p. 85). Uma maneira muito oportuna de conhecer a realidade na prática das comunidades existentes no território, no seu dia a dia, nas suas vivências, riquezas e dificuldades, em todos os níveis:

O missionário muitas vezes corria perigo de vida. Seguindo as sendas dos primeiros dominicanos D. Alano por vários anos cruzou todo o sertão goiano. Nas desobrigas sempre levava consigo, como já vimos, a Bíblia, o breviário e a Suma Teológica. Nestas desobrigas as dificuldades eram muitas. Ao invés de suplício do cilício muitas vezes o missionário encontrava suplício do carrapato (MAYA, 2002, p. 85).

Nas diversas dificuldades encontradas por Dom Alano, a dimensão territorial era o maior empecilho em sua pastoral. Detinha⁸ um território com “aproximadamente 200 mil almas distribuídas em 48 cidades ou núcleos populacionais em zona de garimpos e ainda uma boa parte disseminada nos imensos sertões, sem estradas nem meios de transportes e de comunicação” (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 19).

8 A Igreja comportava-se diante de um território como se todo ele, tendo ou não a presença de outras denominações ou religiões, fosse de sua responsabilidade, assim como as “almas” dos indivíduos. A Igreja comportava-se diante de um território como se todo ele, tendo ou não a presença de outras denominações ou religiões, fosse de sua responsabilidade, assim como as “almas” dos indivíduos.

A Diocese de Porto Nacional abrangia uma jurisdição episcopal de fronteira, correspondente ao atual Estado do Tocantins — então parte do antigo norte de Goiás —, estendendo-se desde o vale do Tocantins até os sertões de Arraias e Tocantinópolis, integrando comunidades distantes e de difícil acesso. Subordinada eclesiasticamente à Arquidiocese de Goiás até 1956, sua área ultrapassava as dimensões administrativas civis, o que tornava o exercício episcopal de Dom Alano particularmente complexo em termos de deslocamento, comunicação e presença pastoral. Como poderia ele desenvolver suas ações citadas em sua Carta Pastoral de 1936 em um espaço no qual a própria ação religiosa caminhou com um efetivo pessoal pequeno durante séculos, e ainda se somando a isso, raros investimentos por parte do poder estatal?

Para atender pastoralmente a esta Diocese, Dom Alano contava apenas com dois Padres diocesanos: Pe. Didmo Maia Leite, em Porto Nacional e Cônego João Lima, em Tocantinópolis. O primeiro, logo por ocasião da sagração de Dom Alano, pediu permissão ao seu novo Bispo para sair da Diocese e ingressar na Ordem Dominicana, e Dom Alano lhe permitiu. O segundo, septuagenário bastante comprometido com as injunções políticas em sua região, dele pouco se tinha a esperar, apesar de ser um bom sacerdote. Havia também em Porto Nacional alguns frades Dominicanos, que pouco depois a chegada do Bispo, por conveniência da Ordem, tiveram que se transferir para o Sul (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 19).

A menção desse quadro pequeno de padres nos dá a dimensão crítica da situação administrativa e pastoral da Diocese de Porto Nacional no início do governo de seu segundo bispo. Dom Alano não conseguiria, mesmo com todo seu esforço, atender sozinho a vasta região com suas desobrigas, especialmente após a saída dos frades dominicanos em 1944, que agravou a situação do atendimento religioso à população.

O terceiro convento a cerrar suas portas foi o Santa Rosa de Lima de Porto Nacional no ano de 1944. No entanto a retirada dos missionários dessa cidade começou a ser planejada anteriormente. Alguns documentos — entre eles cartas do Vigário Provincial da vice-província de Toulouse no Brasil, do superior do Convento portuense, de frades que estavam assinados nessa casa ou que ali moraram e do próprio bispo de Porto Nacional, o dominicano Dom Alano du Noday — possibilitam a melhor compreensão dos motivos do fechamento desse convento de missão no antigo norte de Goiás (BRESSANIN, 2015, p. 168).

Dom Alano talvez já se antecipasse ao que estava por vir e dedicou-se ao recrutamento de seminaristas. “Ao invés de buscar recursos humanos em países estrangeiros como era de costume na época, D. Alano optou pelo mais difícil e quase impossível na época: a formação de um clero autóctone” (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 13). Diante de uma realidade dramática e de uma diocese extensa, Dom Alano arriscou-se no investimento e no recrutamento de jovens para a formação de um clero local.

Podemos considerar, por conseguinte, que a segunda ação prioritária de Dom Alano orientou-se para a formação do clero. “Recrutando entre o povo da região vigoroso, na sede do bispado, o Seminário São José destinado a receber os candidatos, em regime de internato, ministrando-lhes o ensino básico e a primeira formação, gratuitamente” (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 19). Diante dos altos índices de analfabetismo existentes em todo o país, realidade que não era diferente em Goiás, Dom Alano precisou viabilizar a formação inicial dos candidatos, para depois inseri-los nos estudos de Filosofia e Teologia:

O seminário São José oferecia o ensino de nível primário. A continuação dos estudos a nível secundário era feita, naquela época, no Seminário Arquidiocesano de Diamantina, Estado de Minas Gerais, para onde eram encaminhados os seminaristas mais adiantados, como Faustino Moreira, Pedroclíio Guedes, José Antônio Klaus, João Magalhães Cavalcante, Pedro Pereira Piagem, Manoel Ferreira Lima, José Patrício e Augusto, de Conceição do Araguaia. Posteriormente, os seminaristas de Porto foram encaminhados para os estudos ginasiais, clássicos, de Filosofia, e de Teologia Dogmática para o seminário Arquidiocesano do Coração Eucarístico de Jesus de Belo Horizonte (MAYA, 2002, p. 42-43).

O perfil dos candidatos ao seminário era bastante variado, sendo boa parte deles pobres. “Desde as primeiras visitas pastorais Dom Alano começou o recrutamento de vocações. O número variava entre 20 a 30 seminaristas, a partir do ano de 1937” (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 19). Os anos que passavam no Seminário São José, além das participações nas aulas comuns, os seminaristas eram assistidos com proximidade pelo bispo, por meio de palestras e orientações, já que o quadro profissional para formação dos alunos era bastante limitado, tornando sua presença necessária e constante. “Frente ao seu seminário, teve que fazer, muitas vezes, o papel não só de bispo, mas também de Diretor Espiritual, Reitor, Disciplinário, Professor, Enfermeiro, Ecônomo” (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 21).

Diante das diversas dificuldades de evangelização, “parece que a liquidação do convento Santa Rosa de Lima e a saída dos dominicanos rendeu, em princípio, um grande vácuo no atendimento religioso do povo sertanejo, que sofreu com ausência de missionários” (BRESSANIN, 2015, p. 181). No entanto, mesmo com a presença dos frades, a situação ainda se mostrava complexa; Dom Alano, contudo, vislumbrava possibilidades de minimizar esse impacto, acreditando no desenvolvimento a partir de sua própria diocese. Sobre esse momento de transição, as fontes registram que

Com a retirada dos dominicanos de Porto Nacional, Dom Alano se vê sozinho. Em uma de suas viagens ao Rio de Janeiro, ele se encontrou com o seminarista Manoel Fernandes Mendes, no Seminário Apostólico dos Padres Sacramentais de Nossa Senhora. Este sabendo da necessidade de padres na diocese, fala com Dom Alano que está disposto a servir como padre na Diocese de Porto Nacional (BENÍCIO, 2015, p. 48).

O desempenho de Dom Alano mostrou-se bastante frutífero já nos primeiros anos de episcopado. No aspecto econômico da manutenção do clero, “a Diocese pobre, sem fontes de renda, sem receber nenhuma quota das paróquias, nenhuma subvenção dos poderes públicos, nem ajuda do exterior” (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 21). A subsistência foi assegurada por meio de doações esporádicas de pessoas influentes do período em que residiu no Rio de Janeiro (1933–1936), bem como pela contribuições dos próprios fiéis. Segundo publicação da Diocese de Porto Nacional, durante uma de suas visitas às comunidades, o bispo expressou os resultados de sua investida na formação do clero local:

Meus filhos, há 20 anos atrás, quando aqui pisei pela primeira vez, vocês me fizeram um pedido que me deixou muito angustiado: vocês me pediram um Padre, que eu infelizmente não tinha. Mas vocês foram tão generosos comigo, que naquele mesmo dia me ofereceram um menino, dizendo que queria ser padre. Eu o levei, o coloquei nas mãos do nosso Bom Deus, que o transformou realmente num padre. E hoje eu tenho a imensa alegria de trazê-lo aqui para lhes restitui-lo, como VIGÁRIO DE VOCÊS!... Está aqui o Padre que vocês me pediram há 20 anos atrás (DIOCESE DE PORTO NACIONAL, 1978, p. 23-24).

Nas atividades desenvolvidas com as desobrigas, a busca por candidatos ao sacerdócio progrediu ininterruptamente: “Terá esta obra das vocações a solicitude toda e, poderíamos dizer, o carinho especial de nosso coração paternal ” (DU NODAY, 1936, p. 49). Será, portanto, o motivo de crescimento diocesano a investida na formação do clero local, pois é a partir dessa que a Igreja Católica no norte de Goiás conseguiu aumentar sua presença na vida cotidiana das populações da região durante as duas primeiras décadas do segundo bispado.

NARRATIVAS DA VIDA PAROQUIAL NORTENSE

Em 15 de fevereiro de 1940, em uma carta ao Pe. Baron, Dom Alano descreve um pouco da situação em quatro anos de episcopado. Identificamos o seu lado pessoal, nos trechos em que ele expõe sentimentos como insegurança, cansaço e saudade. A carta tem como contexto principal a dificuldade em estabelecer contato com os frades franceses, parte das ações desenvolvidas na Diocese e, ainda, as preocupações no âmbito dos conflitos da II Guerra Mundial. “A separação, a falta de notícias, a incerteza sobre o que teria acontecido àqueles que amamos, tudo isso esmaga a pobre alma, o peso do exílio se fez sentir [...]” (DU NODAY, 1940, s.p.).

Nas palavras do bispo, notamos uma angústia relacionada aos trabalhos pastorais e seus obstáculos específicos no norte goiano. Ele também cita a falta de proteção da ordem dominicana e uma autonomia em sua nova função que o obrigava a ser responsável por tudo à sua volta, deixando-o sobrecarregado. “Com a guerra, a saudade daí tornou-se mais dolorosa, mais lancinante” (DU NODAY, 1940, s.p.). A carta, em suma, apresenta um momento doloroso relacionado, principalmente, ao cansaço físico e espiritual das missões e desobrigas no sertão e as notícias advindas da Europa que estava apenas em sua fase inicial de conflitos:

Aqui em Porto, evitamos falar dos acontecimentos da Europa. Você compreende: eu sou único francês, meus companheiros têm seus sentimentos pessoais que, neste ponto, poderiam divergir dos meus. O silêncio é um respeito mútuo das opiniões de cada um e o vínculo da paz na caridade. Graças a Deus, nossa vida fraterna é muito unida, muito benfazeja, nós trabalhamos de mãos dadas. Meus companheiros despertam minha admiração pelo seu espírito de sacrifício, sua abnegação, seu devotamento ao trabalho estafante que lhes incube. A heresia está em toda parte, e em toda parte atua; e, para sustentar a luta: três padres!... (Conceição⁹, que não chega a 12.000 almas é a mais favorecida que nós!) Não sei onde vamos parar (DU NODAY, 1940, s.p.).

⁹ A Prelazia de Conceição foi criada no ano de 1911, a partir dos trabalhos de religiosos dominicanos que ali desenvolviam ações desde 1897. Na prelazia atuaram Domingos Carreot, OP (1911–1920), primeiro bispo prelado, e Dom Alano Maria du Noday, OP (1967–1969), como Administrador Apostólico.

Mediante a extenuação contínua em suas palavras e ao número de sacerdotes reduzido, percebemos uma aparente inércia na expansão quantitativa e qualitativa das atividades da Igreja Católica na região, ou o acolhimento, a aceitação e utilização da realidade como estratégia para o recrutamento de apoio para sua diocese. Em uma pregação transcrita datada do ano de 1942, Dom Alano aponta que “é preciso ter paciência com as criaturas, servi-las em detrimento do nosso conforto e até das nossas orações” (DU NODAY, 1942, s.p.).

Nesse mesmo documento, é pregado o sofrimento como algo necessário para o projeto salvífico da Igreja Católica. Um mundo que se afasta e condena o sofrimento está no caminho contrário ao divino. “A loucura do mundo é fugir do sofrimento. Isso eleva a alma. Vamos recebê-lo em total rendição” (DU NODAY, 1942, s.p.). Dom Alano buscava justificar o trabalho difícil em sua diocese como uma resposta e missão de Deus para ele e para seus padres. E ainda reafirmava que “Deus, em seu amor pelo Pai, nunca permitirá que o sofrimento esteja além de nossas forças” (DU NODAY, 1942, s.p.).

Dentro da década de 1940, encontramos menções e até cartas¹⁰ que indicam uma estratégia significativa para minimizar a situação de escassez de mão de obra religiosa. A intenção era trazer novos missionários para atuarem na diocese. Uma diplomacia foi iniciada por Dom Alano com o intuito de recrutar religiosos para ajudá-lo. As diversas realidades propunham pensar em alternativas, e as condições da Diocese, “de modo geral eram de carência em todas as dimensões. Tanto na dimensão temporal-humana, no tocante ao socioeconômico, à saúde, à instrução, ao trabalho” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 93). Nesse contexto, Dom Alano menciona que:

a oferta dos padres canadenses é muito interessante, e seria com grande satisfação que os veria se estabelecerem em Boa-Vista. A questão é se são utilizáveis atualmente, já que, provavelmente, não estão familiarizados, nem com os costumes, nem mesmo com a língua do nosso país. Nesse caso, parece-me difícil oferecer-lhes um alicerce para o sertão, pelo menos por enquanto (DU NODAY, 1942, s.p.).

O empenho da diocese em fazer a administração e atendimento de sua jurisdição direciona seus esforços a fazer com que as paróquias existentes funcionem bem enquanto não podia se criar outras ou mesmo aumentar o núm

ero de sacerdotes. No entanto, a problemática principal, centrava-se na falta de sacerdotes. Por isso, a insistência na manutenção e fortalecimento do Seminário São José, tornou-se uma aposta futura de subsistência da Igreja Católica no norte de Goiás. E enquanto o quadro de padres não era suficiente, faziam o que fosse possível, através de desobrigas e missões, tentando alcançar, de maneira periódica, toda a população e fazê-las viver de acordo com os mandamentos da Igreja.

Posto isso, em um relatório paroquial intitulado: “Relatório da Paróquia de Pedro Afonso – Diocese de Porto Nacional – de 10/10/49 – 11/10/55” (PIAGEM, 1955, s.p.), o pároco, além de trazer diversas informações quantitativas, traz uma análise de suas atividades paroquiais dentro do período citado no título. Seus tópicos de análises e críticas indicam diversas hipóteses e pistas para compreender a ação da Igreja Católica cotidianamente; suas intervenções, preocupações e projeções. Apesar de não termos tido acesso a outros relatórios de proporções como este, os seus tópicos centrais vão de encontro a Carta Pastoral e outros relatórios sintéticos paroquiais, ou seja, é possível coletar rastros de uma conduta uniforme da atuação da Igreja Católica nesta região e as consequências que isso trouxe dentro de nossa análise. O padre inicia o documento dizendo que sua paróquia de:

Pedro Afonso jamais deixara de distinguir-se pelo indiferentismo religiosos e apêgo ao mundanismo, pelos célebres bailes e bebedeiras, pela fuxicaria e políticaha deletéria, pelas rixas e inimizades, pelas brigas e vinganças indo até ao derramamento de sangue e ao crime, em suma, sempre se distinguirá por um conjunto de predicados pouco lisonjeiros, que faziam temer ao Padre, e que, mesmo incorporados a outras qualidades boas, não deixaram de merecer-lhe a antonomásia bem conhecida de Paróquia ingrata (PIAGEM, 1955, p. 3).

De maneira bastante incisiva, a paróquia é colocada, logo no início do relatório, como uma comunidade que mesmo com todo esforço pastoral não havia dado resultados ou mudanças significativas. O modelo de Igreja romanizada ainda era um desejo do clero, mas que se fazia ainda mais difícil de concretizar diante da realidade sertaneja do interior do Estado de Goiás. Em uma espécie de balanço da gestão, o leitor já percebe um resultado não muito agradável na perspectiva religiosa. O estado republicano e laico ampliava seus poderes, limitando a influência católica, e “a Igreja, por sua vez, procurou defender o mais possível a influência que até então mantivera na organização da família brasileira” (AZZI, 2008a, p. 85).

Um elemento muito relevante dentro das ações empreendidas pelo sacerdote, já em seu primeiro ano à frente da administração paroquial foi a investida na área educacional. Não simplesmente por motivos educativos, mas suscitado pela concorrência de missionários protestantes que estavam desenvolvendo ações neste âmbito de maneira mais efetiva do que as católicas, causando inquietude ao sacerdote. E isso se juntava a reprovação por parte da igreja do ensino laico por parte do estado: “segundo a hierarquia eclesiástica, a laicização da instrução era considerada como forma prática de ateísmo e causa

de profundos males para o país” (AZZI, 2008a, p. 86). Essa avaliação expressa a preocupação da Igreja com a perda de influência sobre a formação moral das novas gerações, o que motivou as ações pastorais seguintes.

Nas palavras do próprio redator:

Ao meu ver, seria preciso combater-la no mesmo terreno, não só fazendo-lhe concorrência no ensino e subtraindo-lhe o maior número possível de alunos, mas ainda incutindo nestes sólida formação religiosa que lhes permitisse futuramente exercerem no seu próprio meio uma influência católica e apostólica, servindo de ponto de apoio ao Padre. Por tudo isso, pareceu-me de vontade de Deus começar pela Obra Educacional (PIAGEM, 1955, p. 4).

Estratégia explícita na fala era estabelecer uma estrutura que pudesse combater e ultrapassar a concorrência protestante na região. “Naquele ano (1949) fundara-se em Pedro Afonso, por entre mil dificuldades, o Curso Normal Regional, sob a direção do insigne médio, Dr. Átila Gomes de Carvalho” (PIAGEM, 1955, p. 4). Nesse meio tempo, também surgiu a necessidade de um Ginásio, pois a juventude não queria ficar atrasada “nem mais alimentar inveja da de Porto Nacional, Carolina etc. Fazia-se mister, pois, atender-lhe as justas aspirações criando-se um Ginásio em Pedro Afonso. Foi quando surgiu a ideia do Ginásio” (PIAGEM, 1955, p. 5). Estabelecendo, assim, uma Obra Educacional como prioridade da gestão deste padre específico no período. E,

Assim, em 1955 já pôde ele abrigar cerca de 100 alunos distribuídos no curso de Admissão, na 1ª Série e na 2ª, servindo ao mesmo tempo de forte estímulo a infância e juventude de curso primário, da cidade e da circunvizinhança. Foi rápido e sensível o despertar de interesse no sertanejo pela alfabetização, e considerável aumento da frequência nas escolas isoladas e nos grupos escolares. O de Pedro Afonso, por exemplo, que vinha com uma matrícula inferior a 200, elevou-a para mais de 400 (PIAGEM, 1955, p. 6).

Uma obra que se dá com o intuito de ser estratégica na concorrência educacional. Nas palavras do próprio padre:

assim, pois, procurou-se antes do mais, lançar e consolidar na sede da Paróquia a Obra Educacional, como uma organização básica e estratégica, embora omitido ou protelando, durante estes primeiros anos, outras atividades do nosso particular dever, e que recaem dentro da vida e organização paroquial propriamente dita (PIAGEM, 1955, p. 6).

Em referência às ações religiosas mais cotidianas — o que outrora se chamou de ‘parte espiritual’ —, o relatório elenca subtítulos como missas, catecismo, dentre outros. O relatório expõe a necessidade de ampliação de todas as atividades da paróquia, intercalando críticas às condutas individuais e coletivas da sociedade. Menciona a existência de três associações com seus anos de criação: Apostolado da Oração (1947); Pia União das F.M (1947); Cruzada Eucarística (1953), e sua ligação ou influência com movimentos e clubes existentes nas cidades ou povoados. E ainda, os festejos e novenários

dos santos padroeiros nas cidades de Pedro Afonso, Tocantínia, Lageado, Itacajá, Piacá, Bom Jesus e Tupirama, os quais nos indicam o tamanho significativo do território de atuação da paróquia:

Em todos estes festejos a tendência em geral dos nossos paroquianos é de misturar o profano com o religioso, dando-se a bebedeiras e bailes barulhentos, que por vezes constituem a nota dominante da festa religiosa. E o pior é que isto se dá não raro à vista dos adversários do catolicismo, os quais confundem tudo e procuram tirar partido. É um abuso que às vezes se tolera é por não poder suprimir, mas que importa combater (PIAGEM, 1955, p. 12).

As desobrigas ainda continuavam como um recurso importante na vida paroquial. “Foram feitas anualmente desobrigas em diferentes setores da Paróquia, quer por nós Padres de Pedro Afonso, quer pelo Exm. Sr Bispo, quer pelo R. Pe. José Patrício” (PIAGEM, 1955, p. 14). Até o ano final de sua responsabilidade no cargo de administrador paroquial, ano de 1955, as desobrigas eram um meio essencial na vida das comunidades sertanejas. “Entretanto, é preciso reconhecer ter sido fraco o nosso serviço de desobriga nestes anos: nem todos os recantos puderam receber uma visita por ano e outros foram percorridas às pressas e em época desconveniente” (PIAGEM, 1955, p. 14). Esse testemunho evidencia a limitação estrutural da diocese e reforça o caráter itinerante do ministério pastoral no norte goiano. E ainda,

afora isso, o problema mais urgente atacar-se no interior da Paróquia é, de modo geral, o esclarecimento doutrinal e aprofundamento da fé do nosso bom sertanejo, prevenindo-o assim, contra falsas religiões e possíveis superstições oriundas da ignorância religiosa. Na zona de Craolândia e Itacajá existe também o problema dos Índios Craós, como na Tocantínia há o dos Cherentes, todos mais ou menos semi-civilizados, mas sem noção da Doutrina Cristã. Nada se pôde fazer pela evangelização desses indígenas, que aliás se acham sob a orientação da tutela do S.P.I (de tendências comunistas) (PIAGEM, 1955, p. 14).

O arquivo consultado também apresenta documentos (RELATÓRIOS DAS PARÓQUIAS DE ITAGUATINS, TOCANTINÓPOLIS, FILADÉLFIA E BABAÇULÂNDIA, 1950, s.p.) que ampliam o espaço de análise com mais paróquias e regiões, com tabelas e relatórios que trazem informações sistematizadas. Aludem, por exemplo ao quadro de paróquias, sendo elas: Santo Antônio (Itaguatins), Nossa Senhora da Consolação (Tocantinópolis), Paróquia de Filadélfia (Não menciona o santo (a) padroeiro (a) e Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Babaçulândia). No entanto, não os discutiremos a fundo no presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos o catolicismo na região do antigo Norte de Goiás, em sua institucionalização, passando por diversas leituras e pesquisas que se dedicaram à romanização, missão e diocesanização desde o estabelecimento da República em 1889, pudemos perceber que esses processos se deram também, de uma forma complexa e conjugada, no desenvolvimento histórico da Diocese de Porto Nacional. E ainda, quando tratamos de temas relativos à religiosidade no território do atual Tocantins, a Ordem deve ser considerada, pois, principalmente entre os séculos XIX e XX, os religiosos mantinham nessa região Dominicana, influências que se alastraram por diversos âmbitos da vida social e cultural das populações, de maneira direta e indireta.

Dentro da primeira metade do século XX, a Igreja Católica buscou diversas alternativas para recuperar seu estado de privilégios perdidos com a Proclamação da República em 1889. Nesse meio tempo, o Estado Brasileiro enxergou uma oportunidade de parceria e troca de favores mútuos, que possibilitou o seu maior controle e alienação perante a população, reconhecida e oficializada pela Igreja Católica, principalmente, na representação da alta hierarquia, como cardeais, arcebispos e bispos. Essa relação possibilitou uma frutífera expansão e fortalecimento do catolicismo em todo território brasileiro.

Em meio a esse cenário, desembarca na capital federal, o jovem frade que irá se tornar bispo da Diocese de Porto Nacional. Sua formação rígida e missionária sofreu um embate com a diplomacia católica impregnada e ainda em desenvolvimento no Brasil na década de 1930. Foi essa configuração que nos chamou atenção em nossa investigação descrita, o qual se torna mais significativo quando analisamos o status do episcopado do período e a necessidade da manutenção desta condição para continuidade dos trabalhos diocesanos, o qual se resume na ajuda recíproca entre estado e igreja.

No que se refere às ações práticas diocesanas, percebemos, dentre muitos elementos, como as desobrigas, a catequização e a formação do clero, que Dom Alano planejou continuar com as ações de seu antecessor, Dom Domingos Carrerot, mas que tiveram um direcionamento substancial à formação do clero local em um tom, significativamente, apologético. Isso posto, último tópico, parte para prática. Ao se encontrar, efetivamente, na atuação episcopal pastoral, o bispo teve que direcionar seus empreendimentos para a formação do clero, no âmbito das atividades do Seminário São José, intercalando as ações de cunho pastoral, evangelização e ao recrutamento de jovens para o Seminário, utilizando-se de uma postura missionária – contínua - herdada dos religiosos dominicanos.

Em relação ao cotidiano da vida paroquial levantamos questionamentos na introdução, as fontes nos direcionaram e protagonizaram relatórios, cartas e documentos que foram produzidos por personagens eclesiais. Nesse sentido, as fontes diocesanas revelaram um cenário de dificuldades pastorais, permeados por uma competição no campo religioso, entre o catolicismo e outras denominações que não puderam ser exploradas no presente texto, ainda ressoava, contudo sem muito efeito prático. Somado a isso, apesar da investida de Dom Alano no Seminário São José, a falta de sacerdotes para atender a grande extensão territorial da Diocese, ainda era um grande problema. Ao relacionar fontes documentais e bibliográficas, observa-se que a atuação de Dom Alano ultrapassa a dimensão biográfica e se insere em um campo mais amplo de tensões entre Igreja e Estado, no qual os princípios dominicanos de pobreza e missão se tornam mediadores da presença católica no sertão goiano. Neste sentido, o bispado de Porto Nacional manteve uma estrutura pastoral que continuou a metodologia missionária – de maneira significativa – em toda a primeira metade do século XX.

REFERENCIAS

I. Fontes primárias

Arquivos

DIOCESE DE PORTO NACIONAL. *Folheto comemorativo do episcopado de Dom Alano*. Porto Nacional, 1978.

DU NODAY, Alano Maria. *Carta ao padre Baron*. Porto Nacional, 1940.

DU NODAY, Alano Maria. *Carta aos Redentoristas do Canadá*. Porto Nacional, 1942.

DU NODAY, Alano Maria. *Homilia/pregação do bispo Dom Alano*. Porto Nacional, 1942.

DU NODAY, Alano Maria. *Pastoral*. Petrópolis, 1936.

OLLERIS, Bertrand. *Ata de posse de Dom Alano*. Porto Nacional, 1936.

PIAGEM, Pedro. *Histórico sobre os Dominicanos em Porto Nacional*. Belo Horizonte, s.d.a.

PIAGEM, Pedro. *Relatório da Paróquia de Pedro Afonso – Diocese de Porto Nacional – de 10/10/49 – 11/10/55*. Pedro Afonso, 1955.

Relatórios das paróquias de Itaguatins, Tocantinópolis, Filadélfia e Babaçulândia. Porto Nacional, 1950.

Impressos

AUDRIN, José Maria. *Entre sertanejos e índios do norte*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

AUDRIN, José Maria. *Os sertanejos que conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MAYA, Antonio Luiz. *Reminiscências eclesiais e sacerdotais*. Goiânia: UEG, 2002.

II. Fontes secundárias

- AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. Aparecida: Editora Santuário, 2008a.
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes, 2008b.
- AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.
- BENÍCIO, Edmilson Costa (org.). *Diocese de Porto Nacional – 100 anos – fé, história, perspectivas*. Porto Nacional: R&M Gráfica e Editora, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Espaço social e campo do poder*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a Ordem dos Pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás. 2015. *Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia*, 2015.
- CAIXETA, Vera Lúcia. *Médicos, frades e intelectuais: leituras sobre os sertões do Brasil Central (1882-1935)*. Curitiba: CRV, 2014.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- FERREIRA, Fernanda Fontes Deiró; OLIVEIRA, Lana Santos. Sertão construído: territorialidade, modernidade e folclore na formação da identidade sertaneja nos meios de comunicação. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE*, 13., 2011, Maceió. Anais [...]. Maceió: Intercom, 2011.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *República e pluralidade religiosa no Brasil*. Revista USP, n. 59, p. 144-163, 2003.
- MENEZES, Áurea Cordeiro. *História eclesiástica de Goiás*. v. 2. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011.
- PIAGEM, Pedro P.; SOUSA, Cícero J. de. *Dom Alano: o missionário do Tocantins*. Goiânia: Autores, 2000.

A Diocese de Porto Nacional: entre a
missão dominicana e a territorialização
católica no Norte de Goiás

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo apresentar o processo de constituição histórica da Diocese de Porto Nacional durante o episcopado de Dom Alano Maria du Noday, entre os anos de 1936 e 1955, demonstrando sua natureza missionária e suas diretrizes pastorais para o Norte de Goiás. Entre as discussões e análises, destacam-se as narrativas das ações pastorais e institucionais, bem como as estratégias empreendidas pela Diocese de Porto Nacional. Por meio do estudo de fontes históricas diversas, principalmente daquelas dispostas nos arquivos da Cúria Diocesana de Porto Nacional – TO, e com base nas contribuições de Pierre Bourdieu, compreendendo o campo como mercado em que os agentes se comportam como jogadores em disputa por capital simbólico, a pesquisa descreve as principais ações diocesanas no antigo norte de Goiás, revelando o cotidiano pastoral e institucional empreendido pelo bispo diocesano e por seus colaboradores, ainda pouco explorados pela historiografia. Com isso, além de analisar as ações do bispo diocesano, busca-se evidenciar os agentes existentes nesse espaço e, dessa forma, identificar as relações entre a Igreja Católica e as populações nortenses, bem como compreender como se caracterizava o campo religioso no norte goiano, evidenciando a continuidade das ações missionárias necessárias à expansão do catolicismo na região.

Palavras-chave: Norte de Goiás; Ordem dos Pregadores; Diocese de Porto Nacional; Goiás; Porto Nacional; Igreja Católica.

The Diocese of Porto Nacional: between
Dominican Mission and Catholic
Territorialization in Northern Goiás

Abstract: This research aims to present the process of the historical constitution of the Diocese of Porto Nacional during the episcopate of Dom Alano Maria du Noday (1936–1955), demonstrating its missionary nature and pastoral guidelines for the North of Goiás. Drawing on discussions and analyses, the study highlights the narratives of pastoral and institutional actions, as well as the strategies undertaken by the Diocese of Porto Nacional in that region. Through the examination of diverse historical sources, mainly those preserved in the archives of the Diocesan Curia of Porto Nacional (TO), and grounded in Pierre Bourdieu’s theories—which conceive the field as a space of competition for symbolic capital—this research describes the main diocesan actions in the former North of Goiás, revealing the pastoral and institutional daily life carried out by the diocesan bishop and his collaborators, a dimension still little explored by historiography.

In addition to analyzing the actions of this bishop, the study seeks to identify the agents active in that space and, consequently, to reveal the relationships between the Catholic Church and the northern populations of Goiás, emphasizing the continuity of missionary efforts essential to the expansion of Catholicism in the region.

Keywords: North of Goiás; Order of Preachers; Diocese of Porto Nacional; Goiás; Porto Nacional; Catholic church.

Recebido em: 18 de agosto de 2025
Aprovado em: 04 de novembro de 2025
